Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 105, DE 10 DE ABRIL DE 2024 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública e Gestão Governamental, Câmpus de Palmas.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 10 de abril de 2024, via *web* conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública e Gestão Governamental, Câmpus de Palmas, conforme Projeto anexo a esta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.009239/2023-15.

LUIS EDUARDO BOVOLATO:51368498191

Assinado digitalmente por LUIS EDUARDO BOVOLATO:51368498191
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=33683111000107, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARSERPRO, OU=RFB e-CPF A3, CN=LUIS EDUARDO BOVOLATO:51368498191
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor

EMC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

PROJETO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO GOVERNAMENTAL, CÂMPUS DE PALMAS.

Anexo da Resolução n° 105/2024 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 10 de abril de 2024.

Palmas/TO
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO GOVERNAMENTAL
Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, CEP: 77001-090 Palmas/TO. www.uft.edu.br

PROJETO DE ESPECIALIZAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Administração Pública e Gestão Governamental

Coordenador: Flavio Augustus da Mota Pacheco

Palmas-TO,
2024

1 Identificação, Estrutura e Funcionamento do Curso

1.1 NOME DO CURSO: Pós-graduação em Administração Pública e Gestão Governamental
1.2 UNIDADE ACADÊMICA: Curso Administação Campus Palmas
1.3 ÓRGÃO VINCULADO: Curso de Administração
1.4 GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciencias Sociais Aplicadas
1.5 ÁREA DE CONHECIMENTO: Administração
1.6 FORMA DE OFERTA: PRESENCIAL (Uso de Metodologia com Aprendizagem Hibrida)
1.7 PERIODICIDADE DE OFERTA: Anualmente
1.8 NÚMERO DE VAGAS: 55

2 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a administração pública no Brasil passou por mudanças significativas, principalmente no que diz respeito à redefinição do papel do Estado-nação em geral e do papel dos três poderes do governo: união, estados membros e distritos.

A partir da constituição federal de 1988, estados e municípios ganharam importância e assumiram algumas atividades que antes eram realizadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, reduziu seu papel de desenvolvimento nacional vigente por meio século (ABRUCIO e COUTO, 1996; PINHO e SANTANA, 2001). Na concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passou a exercer as "verdadeiras" funções do Estado: regulação e execução. Um dos pontos a assinalar diz respeito à consciência do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (KB), devem ser consideradas e incluídas funções exclusivas do Estado, funções não exclusivas e funções (privadas) do mercado.

Por exemplo, as políticas públicas de saúde e educação do município foram fortalecidas com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Elevação do Ensino Fundamental. Em 2007, foi estendido à educação infantil e ao ensino superior e transformado no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Formação Básica e Promoção dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram que redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRÚCIO, 2005). De fato, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, portanto, têm dificuldade de se relacionar com outras esferas de governo, mercado e sociedade civil organizada.

Mesmo aqueles que mais avançaram ainda precisam desenvolver um modelo de gestão que leve em conta essa nova fase da administração pública, conforme sugerido por Kissler e Keidemann (2006).

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios tornaram-se mais preocupados com suas finanças, tanto do lado das receitas quanto das despesas. Dados do IBGE (2006) mostram que a administração municipal estava administrativamente relutante em cumprir a legislação sobre arrecadação de impostos. É justo dizer que isso se deve à falta de pessoal disposto a operar a máquina administrativa.

O desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, com melhor distribuição de renda e emprego permanente, resulta de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, importantes para a organização do trabalho e das práticas administrativas aplicadas na sociedade ao longo do processo de desenvolvimento, tanto público quanto corporativo. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Pós Graduação em Gestão Pública é de grande importância, pois os agentes especializados (gestores e formuladores de políticas de governo) que dele emanam poderão intervir na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem constantemente e em alta velocidade, sempre marcados pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade atual, é necessário que o profissional responsável pela gestão de organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu senso crítico e sua capacidade de produzir novos conhecimentos.

O ponto de vista da organização e dos seus recursos, o Gestor deve ser capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos da organização, a sua disponibilidade e os interesses e necessidades dos colaboradores e da sociedade em geral. Para tanto, os gestores devem ser capazes de conceber novas formas organizacionais (tanto nos aspectos estruturais quanto funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a responsabilidade crescente das organizações de desenvolvimento humano apareçam como condições essenciais para o sucesso.

No campo dos estudos governamentais, é fundamental que o gestor conheça os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo de formação social, bem como a lógica e os procedimentos da ação gerencial governamental. Para tanto, é necessário que cidadãos, estados e municípios de todo o Brasil tenham a oportunidade de se capacitar para o exercício profissional da administração pública. E esse projeto se justifica para atender essa escalação.

3. Objetivos

3.1. Objetivo Geral

Qualificar profissionais para atuarem na administração pública no que concerne às questões de gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro.

3.2. Objetivos Específicos

- ✓ Formar gestores para atuar na gestão dos sistemas públicos macro (governo) e micro (unidades organizacionais);
- ✓ Formar profissionais com formação suficiente para intervir nas realidades sociais, políticas e económicas;
- ✓ Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão das atividades desenvolvidas pelo Estado brasileiro, em níveis federal, estadual e municipal;
- ✓ Contribuições do gestor público para o desenvolvimento de uma visão estratégica da coisa pública, baseada no estudo sistemático.

4. Público-Alvo

O curso se destina a portadores de diploma de curso superior ou tecnólogo em qualquer árae do conhecimento,e que aspirem atividades em órgãos públicos, ou do terceiro setor, ao exercício de função pública.

5. Concepção do Curso

A pós-graduação em Administraçãpo Publica e Gestão Governamental tem caráter essencialmente teórico-profissional. Além de possibilitar a qualificação do servidor ou daquele que pretende atuar na área publica, o curso procura propiciar uma formação humana sempre pautada na ética e responsabilidade social, exigência fundamental na atual dinâmica do contexto organizacional.

A importância desse tema se deve ao fato de que a formação e qualificação dos servidores públicos são essenciais para o fortalecimento da gestão de recursos humanos dessas entidades e para o desenvolvimento dos servidores públicos. É importante ressaltar que, por meio de capacitação e treinamento, o serviço prestado pelas instituições públicas será de melhor qualidade e atenderá de forma mais ampla os usuários do serviço público, principalmente no atual cenário competitivo.

6. Coordenação

6.1 Coordenador

Nome: Flavio Augustus da Mota Pacheco

E-mail: flavio.pacheco@uft.edu.br

Telefone: 63 99918-1212

Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4554265267521512

Regime de contratação: 40 DE

Experiências acadêmicas e profissionais: Graduado em Administração, Especialista em Planejamento Estratégico, Especialista em Marketing e Inteligência de Mercado, Especialista em Psicologia Positiva e Coach, Especialista em Processos Educacionais Inovadores, Mestre em Administração, Doutor em Administração e Pós-Doutorando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para inovação. Possui 19 anos como Professor Universitário, destes,

12 anos como Coordenador e professor de Cursos de pós-graduação, 7 anos como Coordenador de Curso de Graduação, em instituições como UniCatólica, UFT, Instituto Presidente Antônio Carlos-ITPAC e Faculdade Guaraí no Estado do Tocantins. Foi consultor empresarial, Palestrante e Conferencista por 7 anos nas áreas de Motivação, Liderança e Gestão Estratégica pela TFC Educacional, onde foi sócio-consultor. Foi sócio-diretor do Alvo Centro de Estudos Avançados, onde foi Diretor Pedagógico e de Marketing do Ensino Médio, e também de cursos de pós-graduação Lato Sensu - Atividade esta que durou 7 anos. Na UniCatólica, permaneceu por 15 anos, além de professor no curso de Administração, criou e coordenou o curso superior em Gestão Ambiental por 5 anos, além de fazer parte/coordenar a comissão de planejamento estratégico por 3 anos, e membro da comissão de Gestão da Qualidade por 2 anos. Na Fundação Universa foi professor em cursos de pós-graduação e coordenador de cursos executivos de curta de duração por 4 anos. Foi Presidente do IBIIS - Instituto Brasileiro de Inserção e Integração Social, por 4 anos, onde desenvolveu, capacitou e encaminhou centenas de jovens para o mercado de trabalho. Na Faculdade Guarai, criou e coordenou a Empresa Junior, e desenvolveu vários projetos em parceria com o comercio local. Atuou também como coordenador do curso de Administração por 4 anos, onde desenvolveu os primeiros eventos e projetos de extensão do curso naquela IES. NA UFT Coordenou o curso de Administração, e também criou e coordenou/ coordena os cursos de pós-graduação Lato Sensu: MBA Pericia, Auditoria e Gestão Ambiental, MBA Gestão Financeira e Orçamentária, MBA Marketing, MBA Marketing e Inteligência de Mercado, e o MBA Liderança e Formação de Gestores. Nesta mesma instituição é professor do curso de Administração e também do Mestrado em Administração Pública. Nesses anos como professor e pesquisador, desenvolveu e publicou em parceria com colegas professores e pesquisadores, alunos, ex-alunos mais de 100 artigos, mais de 120 capítulos de livros, 25 organizações de livros e 3 livros de única autoria. As suas áreas de atuação são: Gestão de Pessoas e Liderança, Marketing Estratégico e Gestão Estratégica. Hoje, além de atuar na Docência, empreende na construção civil e ministra palestras

7. Carga Horária do Curso

A carga horária total do curso de Especialização Lato Sensu Liderança e Formação de Gestores será de 396 horas distribuídos em 16 modulos, adicionado 60 horas de

Trabalho de Conclusão de Curso que será a elaboração de um artigo científico, totalizando 456 horas.

A distribuição da C.H segue no Quadro 1.

MODULOS	CARGA-HORÁRIA TEÓRICA (Presencial)	CARGA-HORÁRIA TEÓRICA (Presencial Sincrona)	CARGA-HORÁRIA TEÓRICA (Assincrona)	CARGA-HORÁRIA TOTAL
1. Introdução às políticas públicas	7,20	7,20	9,60	24
2. Gestão Tributária	7,20	7,2	9,60	24
3. Logística na administração pública	7,20	7,20	9,60	24
4. Trabalho e Saúde na Gestão Publica	7,20	7,20	9,60	24
5. Gerenciamento de Projetos	14,40	0	9,60	24
6. Plano Plurianual e Orçamento Público	14,40	0	9,60	24
7. Licitações, contratos e convênios	14,40	0	9,60	24
8. Gestão Democrática e Participativa	7,20	7,20	9,60	24
9. Gestão de Processos	7,20	7,20	9,60	24
10. Direito Público e Legislação	7,20	7,20	9,60	24
11. Metodologia Cientifica e Didática do Ensino Superior	14,40	0	9,60	24
12. Indicadores de Gestão	14,40	0	9,60	24
13. Planejamento Estratégico Governamental	7,2	7,2	9,60	24
14. Governança e Governabilidade	7,20	7,20	9,60	24
15. Governo Digital	7,20	7,20	9,60	24
16 Atividade de Extensão Prática	12	12	12	36
17. TCC – Trabalho de Conclusão de curso	18	18	24	60
TOTAL	288 horas		168 horas	456H

PERCENTUAL	63,16%	36,85	100%

8. Período e Periodicidade

O curso de especialização *Lato Sensu* em Administração Publica e Gestão Governamental terá duração total de 18 meses, podendo ser prorrogado até 24 meses conforme resolução da UFT, com início de novas turmas de acordo com a demanda existente.

8.1. Carga Horária por Turno

As aulas acontecerão mensalmente de acordo com o cronograma a seguir:

DIA DA SEMANA	HORÁRIO INICIAL	HORÁRIO FINAL	CARGA HORÁRIA
Sábado	08:00 hs	12:00 hs	4 horas
Sábado	14:00 hs	18:00 hs	4 horas
Domingo	08:00 hs	12:00 hs	4 horas
Atividades Hibridas			12 horas
TOTAL			24 horas

8.2 Cronograma do Curso

	2024	**2024**	**2024**	**2024**			**2025**			**2025**			
	Mai	**Jun**	**Jul**	**De Ago a Dez**			**Jan a Setem**			**Setem a Dez**			
Inscrição	X	X											
Seleção			X										
Matrícula			X										
Aulas				X	X	X	X	X	X				
TCC										X	X	X	X

Obs.: As datas das disciplinas poderão ser alteradas de acordo com a necessidade da coordenação, considerando imprevistos com professores e eventos na UFT, sendo comunicado aos estudantes com antecedência de mínimo 7 dias antes do modulo. Em casos excepcionais o comunicado pode ocorrer em até 24 horas antes do modulo.

9. Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas: conceitos básicos. Análise de Políticas Públicas. Formação da Agenda de Políticas Públicas. As Arenas Políticas e o Comportamento dos Atores. Modelos de Análise do Processo de Decisão Política. Implementação de Políticas Públicas. Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas. Regularidades das Políticas Públicas no Brasil.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: Rev. bras. Ci. Soc., Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.
COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público, n. 2, abr-jun 1998.
FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: Cadernos GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.
VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: Revista de Administração Pública, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.
RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. 3. ed. rev. atua. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.
SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas**.** Brasília: ENAP, 2006. 1-2 v. Coletânea

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análisede políticas públicas no Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, v.17, n.15, nov, 2000.

2. GESTÃO TRIBUTÁRIA

Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários.
Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes.
Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

Bibliografia Básica:

BULGARELLI, W. **Sociedades comerciais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
CARVALHO, Fábio Junqueira; MURGEL, Maria Isabel. **Mini Reforma Tributária:** reflexões sobre a Lei nº 10.637/2002. São Paulo: Mandamentos, 2003.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2000.
FABRETTI, L. C. Prática tributaria da micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar:

HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário municipal:** sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005.
MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 2002.
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Receitas Não Tributárias:** taxas e preços públicos. São Paulo: Malheiros, 2003.
PAULSEN, Leandro. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.
TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). **Leis Complementares em Matéria Tributária**. São Paulo: Manole, 2003.

3. LOGISTICA NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA

Definição de Logística. Nível de Serviço. Atividades da Logística. Processo Logístico. Equilíbrio de Custos sob a Ótica da Logística. Planejamento da Logística. Gestão do Processamento do Pedido. Gestão de Transporte. Gestão de Estoque. Controle de Estoque. Localização. Gestão de Compras. Armazenagem. Manutenção da Informação. Programação Linear. Roteirização de Veículos. Localização – Avaliação Quantitativa.

Bibliografia Básica

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa Operacional na Tomada de Decisões: modelagem em Excel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
ROSA, Rodrigo de Alvarenga Gestão logística / Rodrigo de Alvarenga Rosa. – Florianópolis :Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010. 178p.

Bibliografia Complementar:

VIANA, João, J. Administração de Materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2008.ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002.
BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.
BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.
CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística. São Paulo: Futura, 1999.DIAS, Marcos Aurélio P. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 1996.
MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais

eRecursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2002.
NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

4. **TRABALHO E SAUDE NA GESTÃO PUBLICA**

Trabalho e relações de trabalho na atualidade. Liderança, Comportamento e cultura organizacional. Relações entre organização, condições de trabalho e saúde do trabalhador. O olhar da Psicodinâmica do Trabalho para a saúde e a doença no trabalho.

Bibliografia Básica:

BAIERLE, T. C. & MERLO, A. R. C. (2008). Trabalho, saúde mental e subjetividade em uma guarda municipal: estudo em psicodinâmica do trabalho. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 11 (1), 69-81.
BOTTEGA, C. G. & MERLO, A. R. C. (2010). Prazer e sofrimento no trabalho dos educadores sociais com adolescentes em situação de rua. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 13 (2), 259-275.
CASTRO, T. da C. M & MERLO, A. R. C. (2011). Reconhecimento e saúde mental na atividade de segurança pública. Psico, Porto Alegre, 42 (4), 474-480.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, M. C. & MENDES, A. M. (2003). Trabalho e riscos de adoecimento: o caso dos auditores-fiscais da Previdência Social brasileira. Brasília DF: Edições Ler, Pensar, Agir LPA.
FREITAS, L. G.; LIMA, S. C. C. & ANTONIO, C. A. (2010). Análise psicodinâmica do atendimento de vítimas de assédio moral no trabalho. In A. M. Mendes (Org.). Violência no trabalho: perspectivas da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica (pp. 123-138). São Paulo: Mackenzie.
GARCIA, W. I.; LIMA, P. A. M. & MORAES, R. D. de. (2013). Vivências de sofrimento no judiciário do amazonas: o papel da organização do trabalho. In: A. R. C. Merlo; A. M. MENDES & R. D. DE MORAES (Orgs.), O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia (pp. 235-247). Curitiba, Juruá.
GOMES, M. L. B. M; LIMA, S. S. C. & MENDES, A. M. (2011). Experiência em clínica do trabalho com profissionais de T&D de uma organização pública. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 11 (3), 841-855.
LANCMAN, S. & L. SZNELWAR. (Orgs.). Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. (3 ed. rev, F. Soudant; S. Lancman & L. I. Sznelwar, Trads. pp. 125-150). Rio de Janeiro: Fiocruz Brasília: Paralelo 15.

5. GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem paragestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e

discutiras consistências pertinentes ao projeto.

Bibliografia Básica:

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?**Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
BROSE, Markus. **Introdução à moderação e ao método ZOPP**. Recife: GTZ, 1993.
COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes,2001.

Bibliografia Complementar:

DROR, Yehezkel. **A Capacidade para governar**:informe ao Clube de Roma. Tradução CarolinaAndrade. São Paulo: FUNDAP, 1999.
GTZ. **Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos**: método ZOPP. Recife: GTZ/ SUDENE/IICA, 1993.
HUERTAS, Franco. **O método PES**: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.
MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**: Governantes e Governados. São Paulo: FUNDAP,1996.
_____. Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. Tradução Giselda BarrosoSauveur. São Paulo, FUNDAP, 1996.
MELNICK, Julio. Manual de projetos de desenvolvimento econômico (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.

6. PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO PÚBLICO

O Papel do Orçamento na Gestão Pública. O que é Orçamento Público? Sistema Brasileiro de Planejamentoe Orçamento. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Receitas Públicas. Despesas Públicas. Sistemas de Informações Orçamentárias. Elaboração da Proposta Orçamentária pelo Poder Executivo. Apreciação Legislativa da Proposta Orçamentária. Créditos Adicionais e Alterações da Lei Orçamentária Anual. Processo de Execução do Orçamento. Analisando o Perfil das Despesas. Execução de Despesas por Convênios e Contratos. Gênese e Evolução do Orçamento Público. Evolução do Orçamento Público no Brasil. O Modelo Atual de Planejamento e Orçamento. Desafios para o Aperfeiçoamento do Orçamento Público.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São
Paulo: Perspectiva, 2004.
GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2005.
Santos, Rita de Cássia Plano Plurianual e Orçamento Público / Rita de Cássia Santos. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2015. 189p.

Bibliografia Complementar:

BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: Revista de Administração Contemporânea,v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56..
SIQUEIRA, Thales R. O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.
SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001. GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2005

7. LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização e controle.

Bibliografia básica:

Legislação brasileira disponível em: http://www.planalto.gov.b

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações básicas. Tribunal de Contas da União. – 3. ed, rev. atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Interno, 2006. (disponível em www.tcu.gov.br)
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010

Bibliografia complementar:

ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; TAVOLARO, Luiz Antonio. Licitações e contratos administrativos: uma visão atual à luz dos Tribunais de Contas. Curitiba: Juruá, 2006. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2010. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23 ed. rev.ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. CRETELLA JÚNIOR, José. O desvio de poder na administração pública. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. _____. Tratado de direito administrativo. 2. ed., atual., ampl. e rev. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 2 v

8. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no municipio. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plesbicito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e

movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tributação de Contas e MinistérioPúblico, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticaspúblicas de Estado, para, consequentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

Bibiografia Básica:

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.
AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorizaçãoà legitimidade da ação. In: **Dados**, v. 50, n. 3, Rio de Janeiro, 2007.
_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, Campinas jun.2008.

Bibiografia complementar:

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1997.
DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, Curitiba jun.2008.
GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 69, 2006.
LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n. 3, 1991, p. 311-348.
MELO, Marcus André. Crise Federativa, Guerra Fiscal e 'Hobbesianismo Municipal': efeitos perversos da descentralização? In: **São Paulo em Perspectiva**, 10 (3), 1996.

9. GESTÃO DE PROCESSOS

Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.

Bibliografia Básica:

MINTZBERG, H. **Criando Organizações Eficazes**: estruturas em cinco configurações. São Paulo; Atlas, 1995.

ROBBINS, S. P. **O Processo Administrativo**: integrando teoria e prática. São Paulo; Atlas, 1981;HARVARD B. R. **Processo decisório**: os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006;

Bibliografia Complementar:

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008

10. DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO

ireito Público e Direito Privado. Direito Administrativo e Administração Pública. Regras de Interpretação do Direito Administrativo. Fontes do Direito. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Meios de Controle Constitucional da Administração Pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Servidores Públicos. Licitação e Contratos Administrativos. Responsabilidade Civil do Poder Público. Interpretação e aplicação da lei penal. Crimes contra a Administração Pública.

Bibliografia Básica:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 16. Ed. São Paulo: Forense Jurídica, 2009.
BRASIL. Lei 8.666/93. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666compilado.htm. Acessado em 18 de março de 2015.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 25. ed. São Paulo Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - Vol I. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - Vol III. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

11. METODOLOGIA CIENTIFICA E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

Funções sociais da educação superior. Importância e necessidade da formação pedagógica do professor universitário. Dimensões do processo didático e seus eixos norteadores: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. A organização e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem: os planos de aula e os programas de aprendizagem. Os objetivos de ensino, os conteúdos programáticos as estratégias de ensino-aprendizagem. As interações em sala de aula: o papel dos professores e dos alunos. A pesquisa academica, normas da ABNT, Tipologias de pesquisa e abroagenes de estudos

Referências Básicas:

BORDENAVE, J.D.P. Pereira, A.M. Estratégias de ensino-aprendizagem.21 ed. Rio de Janeiro-Vozes, 2000. – Coll, C.,

DEMO, P. Educação e desenvolvimento – mito e realidade de uma relação possível e fantasiosa. São Paulo-Papirus, 1999
MARTIN et al. O construtivismo na sala de aula. São Paulo, Ática- 1999, 221p

Referências complementares:

ABREU, MCT & Masetto, MT. O professor universitário em sala de aula; prática e princípios teóricos. S.Paulo, Cortez, 1980.
ATALLAH NA. Medicina Baseada em Evidências: o elo entre a boa ciência e a boa prática clínica. In Mynaio & Deslandes. Caminhos do Pensamento. Epistemologia e Método. Ed Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002, p. 325-344. –
DESLANDES & ASSIS. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In Mynaio & Deslandes. Caminhos do Pensamento. Epistemologia e Método. Ed Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002, p. 325-344.
GAGNÉ, RM. Princípios essenciais da aprendizagem para o ensino. Porto Alegre, Globo, 1980.
MIN LS. Como ter acesso à literatura médica. In Drummond & Silva. Medicina Baseada em Evidências. Novo Paradigma Assistencial e Pedagógico. Ed Atheneu, São Paulo, 1998. p 1-22.

12. INDICADORES DE GESTÃO

Uma Breve Caracterização Histórica. Indicadores de desempenho na gestão pública. Construção de indicadores voltados para políticas públicas. Análise de indicadores. Indicadores Sociais: do conceito às medidas. Indicadores e os Diagnósticos Socioeconômicos. Principais Produtores de Dados e Indicadores no Brasil. Principais Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE. Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas. Dados e Indicadores Econômicos. Principais Boletins de Conjuntura. Principais Pesquisas Econômicas do IBGE.

Bibliografia Básica:

FEIJÓ, C. et al. Para entender a conjuntura econômica. Barueri: Manole, 2008. p. 1–60.
JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulaçãode políticas. Campinas: Alínea, 2001. p. 11–63.
JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores socioeconômicos na gestão pública. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, Regina L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.
CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.
_____; CAVATI SOBRINHO, H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

13. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL

Um Breve Histórico do Planejamento. O Contexto Sociopolítico em que se Deve Inserir o Planejamento Estratégico Governamental. A Construção do "Estado Necessário" e o PlanejamentoEstratégico Governamental. O Contexto Disciplinar da Administração Pública. A Ciência Política ea Supervalorização do Político. A Administração Pública e a Subvalorização do Conflito. A Concepção Ingênua do Estado Neutro. Os Enfoques da Análise de Política e o Planejamento Estratégico Situacional como Fundamentos do Planejamento Estratégico Governamental. O Enfoque da Análise de Política. O enfoque do Planejamento Estratégico Situacional. Agir Estratégico. Os Momentos da Gestão Estratégica. A Análise de Governabilidade – o Triângulo de Governo. A Situação-Problema como Objeto do Planejamento Estratégico Governamental. O Fluxograma Explicativo da Situação. Uma Visão Preliminar do Resultado. Planejar por Situações- Problema. Operações. Matriz Operacional. Gestão do Plano. Focos de Debilidade de um Plano. Componentes de um Sistema de Planejamento Estratégico Governamental.

Referência básica

MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996.
OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.In: RAP, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.
OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas. SP: Atlas,1988.

Referência complementar

ALMEIDA, Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica.2004.
Mimeografado. Disponível em:
<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>.
DAGNINO, Renato Peixoto. Planejamento estratégico governamental. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014. ETKIN, Jorge. Política, gobierno y gerencia de las organizaciones. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.
FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento estratégico na prática. SãoPaulo: Atlas, 1995.
LIMA, Blanca Olias de (Coord.). La nueva gestión pública. Madrid: Pearson Educación S. A., 2001.MATUS, Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, 1995, p. 51–100.

14. GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE

Governabilidade e sistema político no Brasil/ Qualidade governamental e democracia/ Elitismo, Institucionalismo e concepções críticas sobre o tema do poder político/ O sentido institucional

da ideia de governança/ A perspectiva dos organismos internacionais/ Governança Pública e novos arranjos organizacionais do Estado/ O papel da sociedade civil organizada

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007. MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. Governança Pública: Novo Arranjo de Governo. São Paulo: Alínea, 2013. MIGUELES, Carmen; ZANINI, Marco Tulio (Orgs.). Excelência em Gestão Pública: espaços para atuação. Rio de Janeiro: Atlas Books, 2015.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de Oliveira; PISA, Beatriz Jackiu; AUGUSTINHO, Sonia Maria (Orgs.). Gestão e governança pública: aspectos essenciais. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.
PEREIRA, José Matias. Governança no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2010. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
SANTOS, Clezio dos. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2005. SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro de; TAVARES FILHO, Francisco; MACÊDO, Fabrico de Queiroz. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. Rio de Janeiro: Atlas, 2008.

15. GOVERNO DIGITAL

Democracia e internet. Governo eletrônico. Participação e representação digital. Governança eletrônica. Accountability e transparência no governo eletrônico. Inclusão e exclusão digital. Avaliação de portais governamentais. Deliberação on line. Gestão estratégica da informação: democratização, participação, controle interno / externo. Lei de Acesso à Informação.Sociedade da informação. Conceitos e abordagens sobre o governo digital. Governança eletrônica: transparência, participação social e democracia. Governo digital no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Inclusão sócio digital no Brasil. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael (orgs.). Governança de TI:

Transformando a Administração Pública no Brasil. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

Referências Complementares

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: a era da informação. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://perguntasaopo.files.wordpress.com/2011/02/castells_1999_parte1_cap1.pdf

CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público

brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em:

http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

FOUNTAIN, Jane E. Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167939512005000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 ago. 2018

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica? Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. In: Governo Eletrônico: Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates, n. 24, dezembro 2002.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: UFBA, 2012.

SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

16. ATIVIDADE DE EXTENSÃO PRÁTICA

Projeto envovlendo os estudantes em ações práticas de campo, coordenados por docentes da Universidade Federal do Tocantins com ações previstas para a creditação da extensão. A disciplina terá como característica fundamental, o desenvolvimento de projetos que integrem atividades de extensão, de modo a aproximar o aluno do cotidiano que conviverá em sua vida profissional. Fica a critério do professor e do estudante a definição das atividades de cunho extensionista. Esta atividade pode ser feita em individualizada ou em grupo.

Bibliografia Básica:

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

BAPTISTA, M. G. P; PALHANO, T. R. Educação, extensão popular e pesquisa: Metodologia e prática. 1a ed. João Pessoa - PB: Editora da UFPB, 2011.

BACHELARD, Gaston; BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico:. 1996.

Bibliografia Complementar:

DALMOLIN, B. M; VIEIRA, A. J. H. Curricularização da extensão: potências e desafios no

contexto da gestão acadêmica. EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: Imprensa Universitária, 2015. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf. Acesso em 06/03/2024. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens %C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.

SOUZA, A.L.L. A história da Extensão Universitária. Campinas - SP: Editora Alínea, 2000.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUSA, Ana Inês (Orgs.). Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares. Rio de Janeiro: UFRJ/Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

PEREIRA, Maria do Socorro; SILVA, Elizete; GOMES, José (Orgs.). Educação, extensão popular e pesquisa: metodologia e prática. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Elaboração de um Trabalho de Pesquisa relacionado a uma ou mais Disciplinas estudadas durante o Curso, podendo ser Levantamento da Literatura, Estudo de Caso, Pesquisa de Campo e outros. Seguir normas da ABNT para artigos cientificos ou metodologias praticadas em revistas sugeridas pelo programa de pós-graduação da UFT.

Bibliografia Básica

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J.J. **Monografia no curso de Administração. Guia completo de conteúdo e forma**. 2a. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

OLIVEIRA, J.L. de. **Texto Acadêmico – Técnicas de redação e de pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

FRANÇA, J.L.; VASCONCELOS, A.C. **Manual para normatização de publicações técnico-científicas**. 8ª Ed. Ed. Belo Horizonte, 2008.

Bibliografia complementar:

MARION, José Carlos. DIAS, Reinaldo. TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, Contabilidade e Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.
MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.
VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio do curso de administração. Guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso**. Colaboração de Grace Becker e Maria Mello. 2 ed. São Paulo: Altas, 1996. 189p.v.1.

10. Corpo Docente

Nome do Professor	**Disciplina**	**Titulação**	**Instituição de Ensino Superior**
Kleber Abreu Sousa	Introdução às políticas públicas	Mestre	UFT
Galthiery Alves de Sousa Lopes	Gestão Tributária	Mestre	ITOP
George Lauro Ribeiro de Brito	Logística na administração pública	Doutor	UFT
Liliam Deisy Ghizoni	Trabalho e Saúde na Gestão Publica	Doutora	UFT
Carlos de Assis	Plano Plurianual e Orçamento Público	Especialista	SEBRAE
Dilson Pereira dos Santos Júnior	Governança e Governabilidade	Doutor	UFT
Fabio chaves	Licitações, contratos e convênios	Mestre	Centro Universitário Católica do Tocantins
Edi Augusto Benini	Gestão Democrática e Participativa	Doutor	UFT
Sundar Singh Borges de Jesus	Gestão de Processos	Especialista	Serviço Nacional De Aprendizagem Industrialsenac-To
Aline Sueli de Salles Santos	Direito Público e Legislação	Doutora	UFT
Lidiane dos Santos Silva	Metodologia Cientifica e Didática do Ensino Superior	Mestre	Centro Universitário Católica do Tocantins
Claudia Regina de Sousa e Silva	Planejamento Estratégico Governamental	Mestre	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, SEDES
Dilson Pereira dos Santos Júnior	Indicadores de Gestão	Mestre	UFT
George Lauro Ribeiro de Brito	Governo Digital	Doutor	UFT

Marciane Maciel Campos	Gerenciamento de Projetos	Especialista	Project Treinamento Consultoria e Assessoria, PROJEC
Flavio Augustus da Mota Pacheco	TCC – Trabalhol de Conclusão de curso Atividade de Extensão Prática	Doutor	UFT

** Os professores com DE, identificados pelas cartas de responsabilidade, não ultrapassarão a carga horária constante na Lei n. 12/772/2012 no §4, do artigo 21.

** Todos os professores serão contratados via ARP. O Coordenadore e o Assistente, serão remunerados via Bolsa.

** Os professores acima podem ser substituídos mediante justificativa.

** Abaixo percentual de no mínimo de 1/3, ou seja, 33,33% dos professores sendo da UFT, seguindo o disposto na Art. 24 da RESOLUÇÃO Nº 10, DE 14 DE MARÇO DE 2018.

UFT: 56,3%

QUANTIDADE: 9 PROFESSORES

OUTRAS IES: 43,7 %

QUANTIDADE: 7 PROFESSORES

TOTAL: 16 PROFESSORES

10.1 DOS BOLISITAS

Para o bom desempenho do presente Projeto, é necessário remuneração de um coordenador e de um Assistente de coordenação. Segue no Quadro a seguir com a descrição dos bolsistas, atividades e valores da bolsa.

BOLSISTA	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO
Flavio Augustus Da Mota Pacheco	Coordenador	Administrador, Mestre em Administração e Doutor em Administração
Gedheon Lamartine de Souza	Auxiliar de	Engenheiro Ambiental

Garrido	Coordenação	

Observação: O quantitativo de bolsas segue a duração do curso, podendo ser prorrogado seguindo ao disposto na legislação.

10.2 Currículo *Lattes* dos Docentes

Docente: Kleber Abreu Sousa

Endereço: http://lattes.cnpq.br/5998925827023470

Possui pós doutorado em Economia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, doutorado na área de Biotecnologia com ênfase em Gestão da Inovação pela Universidade Federal do Amazonas, mestrado em Engenharia de Produção também pela Universidade Federal do Amazonas e graduação em Administração de Empresas. Tem experiência de mais de 20 anos na área de Inovação e Biotecnologia, atuando principalmente no seguinte tema: Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, bem como no estudo e prospecção de produtos de base biotecnológica. Atua também no Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da UFT desde 2017.

Docente: Galthiery Alves de Sousa Lopes

Endereço: http://lattes.cnpq.br/2618319736387499

Possui graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS e DIREITO, inscrito na OAB - Ordem dos Advogados do Brasil. Professor de Pós-graduação e Curso Online, Consultor tributário, Mestrando em Direito Internacional pela Universidade Autónoma de Asunción, Especialista com MBA em Controladoria e Planejamento Tributário pela Universidade Federal do Tocantins e pós-graduado em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário pela Faculdade Legale. Palestrante/Instrutor nas áreas Contábil e Tributário, cito alguns temas: Expert em ICMS, Direito Tributário com Ênfase no ICMS, ICMS Substituição Tributária, Cenário Fiscal no País, O Brasil pós SPED, importância da Classificação Fiscal, Introdução de Interpretação do Guia Prático e definição dos principais registros do SPED Fiscal, dentre outros

Docente: George Lauro Ribeiro de Brito

Endereço: http://lattes.cnpq.br/8779620606534106

Professor Associado da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT. Possui Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Mato Grosso (2000), Especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal do Tocantins (2013), Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (2003) e Doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (2009); Tem experiência na área de Engenharia Elétrica e Ciência da Computação. Tem experiência Docente no IFTO na área Indústria - Curso Técnico em Eletrotécnica, na Faculdade Católica do Tocantins nos Cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Engenharia de Produção e na Universidade Federal do Tocantins nos Cursos de Ciência da Computação e Licenciatura em Informática. Foi Coordenador dos Cursos de Graduação: Bacharelado em Ciência da Computação (2009 - 2011) e Licenciatura em Informática (2011 - 2012) na UFT e; Bacharelado em Engenharia Elétrica (2011 - 2013), Bacharelado em Engenharia Civil (2011 - 2012) e Bacharelado em Engenharia de Produção (2011 - 2012) na Faculdade Católica do Tocantins. Foi na UFT Pró - Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários de Junho de 2012 à Janeiro de 2015, foi coordenador do Curso de Especialização em Desenvolvimento de Sistemas Computacionais de Alta Complexidade - UFT de 2010 a 2018 e Bolsista de Produtividade em Pesquisa da UFT em 2017. Foi Presidente da Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Tocantins (AGETEC) de Janeiro de 2015 a Fevereiro de 2016 e Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Tocantins (FAPT) de Maio de 2015 a Abril de 2016. Foi Superintendente de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Estado do Tocantins (SEDEN) de Fevereiro a Junho de 2016. É Orientador no Mestrado e Doutorado em Modelagem Computacional de Sistemas (Otimização de Sistemas & Educação e Tecnologias) e Coordenador e Orientador no Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP

Docente: Liliam Deisy Ghizoni

Endereço: http://lattes.cnpq.br/9903452459296489

Professora na Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus Universitário de Palmas, no Curso de Administração e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM). Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela UnB com Estágio Sanduíche na Université Catholique de Louvain la Neuve - Bélgica. Pós-Doutorado no

Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação (área de Educação e Trabalho) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Saúde Mental pela FIOCRUZ. Psicóloga pela Universidade do Vale do Itajaí, graduação em Estudos Sociais pela Universidade do Vale do Itajaí. No CNPQ é líder do Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão (UFT), é também membro do Grupo de Pesquisa ESCOPO (UFF). Membro do GT Trabalho, Subjetividade e Práticas Clínicas na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPEPP). Desde 2016 é Editora Geral da Revista Trabalho (En)Cena.

Docente: Carlos de Assis

Endereço: http://lattes.cnpq.br/6035821494581565

Curriculo: Possui mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: política econômica, economia política, políica monetária, economia financeira, admnistração pública e pleno emprego

Docente: Danila Resende Duarte Marvão

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/7113743009012323

Contadora e Auditora. Membra fundadora da Rede Governança Brasil/Alagov. Coordenadora do Comitê Anticorrupção e Compliance da Rede Governança Brasil atuando na realização de mentorias em Governança Pública e de mentorias para implementação de Programas de Integridade em Prefeituras Brasileiras. Possui Certificação Profissional em Compliance Público CPC-P e Certificação Profissional em Compliance Anticorrupção CPC-A pela LEC / FGV. Auditora ISO 37001: 2017 (Sistema de Gestão Antissuborno). Auditora Líder ISO 37301: 2021 (Sistema de Gestão em Compliance). Auditora Líder ISO 27001 (Segurança da Informação), Pós-Graduada em Auditoria e Controladoria, Pós-graduada em Segurança do Trabalho, Pós-Graduada em Entidades do Terceiro Setor, Auditora pelo Conselho Federal de Contabilidade inscrita no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI. Atualmente compõe a Comissão de Estudo para elaboração da Norma ISO de Governança Pública (ABNT/CEE-258).

Foi tutora em Compliance pela Escola de Gestão Fazendária EGEFAZ/TO. Membra da ANPPD® - Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados. Membra do Compliance Women Committee. Professora em cursos de Pós-Graduação e Escolas de Formação de Profissionais em Compliance. Formação em Auditoria baseada em Riscos.

Docente: Edi Augusto Benini

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/8359512043390547

Atualmente é professor da Universidade Federal do Tocantins - UFT e coordenador do curso de Gestão Pública e Sociedade (especialização) e do programa de extensão Raios de Sol. Doutor em Educação na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV (2004), especialização em Agricultura Familiar e Extensão Rural - Unitins/MDA (2008) e graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp (1999). Teve atuação profissional nas três esferas de governo (Estadual: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, de 2000 a 2003; Municipal: Prefeitura de Tupã-SP; e Federal: INCRA). Tem experiência na área de Gestão Pública, Ciência Política e Sociologia do Trabalho, com ênfase em Desenho de Programas Públicos e Projetos, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão e avaliação de políticas públicas; economia solidária, autogestão e organização do trabalho; qualidade de vida, planejamento e administração pública. É autor do livro Sistema Orgânico do Trabalho, pela editora Ícone (2012).

Docente: Fábio Barbosa Chavez

Endereço Curriculo: http://lattes.cnpq.br/7435008955450391

Possui graduação em direito pela Unievangélica, em Anápolis-GO (2000). É Mestre em Direto, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2012). É Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2017). Atualmente é professor do curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Unicatólica (2012), e dos Programas de pós-graduação em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Eleitoral da Universidade Federal do Tocantins. Na administração pública é titular do cargo efetivo de Analista Técnico Jurídico (2003), e atualmente junto ao Município de Palmas é

Secretário Municipal de Assuntos Fundiários e Presidente Interino da Fundação Municipal de Meio Ambiente. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, Direito Urbanístico e Ambiental.

Docente: Vinicius Pinheiros Marques

Curriculo: http://lattes.cnpq.br/7300803447800440

Obteve o título de Doutor em Direito (Magna Cum Laude) em dezembro/2016 pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), de Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos em fevereiro/2015 pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e de Bacharel em Direito em julho/2005 pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Quanto ao exercício do magistério superior na área jurídica atualmente é Professor dos Programas de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP); atua também como professor dos Cursos de Graduação e Especialização em Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), do Centro Universitário Católica do Tocantins (UNICATÓLICA) e do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA). No exercício de funções acadêmicas e administrativas destacou-se como Coordenador do Curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT) por três mandatos eletivos (2011-2013, 2013-2015 e 2019-2021). Atualmente vem desempenhando função de avaliador/parecerista de artigos em diversos periódicos jurídicos de alto impacto científico, bem como integrando Conselhos de revistas e editoras universitárias, além de exercer a advocacia no Estado do Tocantins.

Docente: Sundar Singh Borges de Jesus

Curriculo: http://lattes.cnpq.br/6695213307608044

Graduado em Administração pelo Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (2005). Pós-graduado em Gestão e Auditoria na Administração Pública pela Faculdade de Tecnologia Paulo Freire (2007). atuou como Auditor Líder da Qualidade ISO 9001. É Colaborador do SENAI Tocantins, atuando na implantação das áreas de Compliance e LGPD, Profissional com experiencias em Gestão de Riscos e Controle Interno. Com Formação em Compliance Anticorrupção + Certificação CPC - A ,Formação Profissional de Gestor de Riscos

Organizacionais com foco na ISO 31000, Implementador e Auditor Líder de Sistemas de Gestão Antissuborno e Compliance ISO 37001 e ISO 37301 Foi responsável pela Escritório de Processos e Projetos na Federação das Indústrias do Estado do Tocantins. com atuação nas áreas de Gestão Estratégica (BSC), Gestão de Projetos, Lean, Seis Sigmas, Gestão da Qualidade (ISO), Business Process Management - BPM (Gestão por processos), Possui certificações BlacK Belt, Green Belt. Atuou como Professor Universitário no Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo e na Faculdade de Palmas -Fapal nos Cursos de Administração, Ciência Contábeis e Recursos Humanos.

Docente: Aline Sueli de Salles Santos

Curriculo: http://lattes.cnpq.br/4636918444602186

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB - 2014) e professora de Direito na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), onde ministra aulas de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu), e desenvolve atividades de pesquisa e extensão. Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (USP - 1998), mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS - 2002) e especialização em Direito Administrativo pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP - 2013). Tem experiência na modalidade de educação à distância e na administração de cursos superiores. Atua com ênfase em Direito Administrativo, Direitos Humanos, Ensino Jurídico, Judicialização da política e Justiça de Transição. Foi Conselheira da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (2008-2016) e é advogada licenciada.

Docente: Lidiane dos Santos Silva

Curriculo: http://lattes.cnpq.br/4360416936522238

Avaliadora do MEC/INEP - Cursos de Ciências Contábeis e áreas afins (Presencial e EAD). Possui graduação em Ciências Contábeis pela PUC -GO. Especialista em Gerência Contábil, Auditoria e Controladoria pela Faculdade Internacional de Curitiba - PR. Mestre em Ciências da Religião com estudos sobre a Contribuição da Igreja e do Frei Luca Pacioli na História e Evolução da Contabilidade pela FUV - ES. Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração pela FUCAPE - RJ. Cursa Pedagogia - FCE, é especialista em Processos Educacionais

Inovadores - Unicatolica e especializanda em Educação, Protagonismo e Propósito de Vida. É Presidente na Academia Tocantinense de Ciências Contábeis - ATOCCON. Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis e Administração. Membro do Conselho Editorial de Revistas Científicas.Membro do CRCTO Jovem. É Membro do NADIME (Núcleo de Apoio Didático Metodológico) que apoia na formação de professores e na execução de projetos de aprendizagem do UniCatólica. Escritora e Autora de livros nas áreas financeiras, contábeis de gestão e metodologias ativas. Desenvolve pesquisas nas áreas de Contabilidade e Finanças, História da Contabilidade e Metodologias Inovadoras na Docência. Atualmente é Consultora e Instrutora do SEBRAE na área de serviços contábeis e financeiros, docente do curso de Ciências Contábeis da UniCatólica. Teve experiências como coordenadora do NPC (Núcleo de Práticas Contábeis) em mais de 10 anos, coordenadora do NAF (Núcleo de Assistência Contábil e Fiscal da Receita Federal), Coordenadora de Pós Graduação nas áreas de Contabilidade e Direito. Possui experiência como Conteudista e Tutora online de disciplinas da plataforma EAD . Tem experiência em mais de 15 anos em docência universitária, tendo ministrado aulas nos cursos de Ciências Contábeis, Administração, Gestão Comercial, Agronegócio, Engenharia de Produção, Sistemas de Informação, Engenharias Civil e Elétrica, Farmácia, Direito, Agronomia e Psicologia de faculdades públicas e privadas.Tem experiência como docente em cursos de pós graduação. Possui experiência em projetos de extensão que relacione a vivência acadêmica à parte empresarial. Possui também experiência de dez anos em serviços contábeis (escritório) e controladoria interna na gestão pública. É proprietária da empresa Consulte - Consultoria e Treinamentos Empresariais e Educacionais

Docente: Claudia Regina de Sousa e Silva

Curriculo: http://lattes.cnpq.br/8914276062380767

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins; Especialista em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins; MBA em Controladoria, Auditoria e Compliance pela Universidade Anhembi Morumbi; Especialista em Ciência Política; Especialista em Compliance e Integridade Corporativa; Graduada em Superior de Tecnologia em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins; APMG Certified PPP Professional - Foundation Examination; Pesquisadora e autora de artigos sobre

transparência pública, acesso à informação, portais de transparência, governo eletrônico e tecnologia entre outros. Ex-Presidente e atual voluntária do Observatório Social de Palmas (Tocantins/BR); Ex-Bolsista de Iniciação Tecnológica do CNPq.

Docente: Dilson Pereira dos Santos Júnior

Curriculo: http://lattes.cnpq.br/5508331956420188

Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) na Universidade Federal do Tocantins (2020-2021). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Tocantins (2009) e Pós-graduação lato sensu em Direito Tributário pelas Faculdades Integradas de Jacarépaguá (2011). Trabalhou como Assistente em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins entre 2005 e 2014, ocupando nesse mesmo órgão a função de Gerente de Recursos Humanos entre os anos de 2010 e 2014. Desde 10/2014 é Auditor da Universidade Federal do Tocantins, tendo atuado como Assessor Técnico Administrativo da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas entre 10/2014 e 09/2017; Auditor na Auditoria Interna desde 10/2017 e Coordenador de Auditoria Interna desde 07/2019. Tem experiência na área de Direito Administrativo e Auditoria, com ênfase em gestão de pessoas no serviço público e auditoria de gestão.

Docente: George Lauro Ribeiro de Brito

Curriculo: http://lattes.cnpq.br/8779620606534106

Professor Associado da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT. Possui Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Mato Grosso (2000), Especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal do Tocantins (2013), Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (2003) e Doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (2009); Tem experiência na área de Engenharia Elétrica e Ciência da Computação. Tem experiência Docente no IFTO na área Indústria - Curso Técnico em Eletrotécnica, na Faculdade Católica do Tocantins nos Cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Engenharia de Produção e na Universidade Federal do Tocantins nos Cursos de Ciência da Computação e Licenciatura em Informática. Foi Coordenador dos Cursos de Graduação: Bacharelado em Ciência da Computação (2009 - 2011) e Licenciatura em

Informática (2011 - 2012) na UFT e; Bacharelado em Engenharia Elétrica (2011 - 2013), Bacharelado em Engenharia Civil (2011 - 2012) e Bacharelado em Engenharia de Produção (2011 - 2012) na Faculdade Católica do Tocantins. Foi na UFT Pró - Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários de Junho de 2012 à Janeiro de 2015, foi coordenador do Curso de Especialização em Desenvolvimento de Sistemas Computacionais de Alta Complexidade - UFT de 2010 a 2018 e Bolsista de Produtividade em Pesquisa da UFT em 2017. Foi Presidente da Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Tocantins (AGETEC) de Janeiro de 2015 a Fevereiro de 2016 e Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Tocantins (FAPT) de Maio de 2015 a Abril de 2016. Foi Superintendente de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Estado do Tocantins (SEDEN) de Fevereiro a Junho de 2016. É Orientador no Mestrado e Doutorado em Modelagem Computacional de Sistemas (Otimização de Sistemas & Educação e Tecnologias) e Coordenador e Orientador no Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP.

Docente: Marciane Maciel Campos

Curriculo: http://lattes.cnpq.br/5957452151415242

Mestranda em Ensino de Ciências e Saúde. Graduada em Pedagogia. Possui experiência Práticas em Planejamento Estratégico; Análise de dados com base em evidências; Avaliação de impacto e Elaboração de Projetos para Captação de Recursos com Incentivos Fiscais; Atua com captação para Fundos da Infância e Adolescência e Idoso (FIA e FI); Foi gerente de Planejamento e Orçamento da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (ATR). Atualmente é Diretora de Projetos da Empresa PROJECT; Principais Projetos desenvolvidos: 8 Produtos Contratados para a Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS sobre Implantação do Núcleo de Determinantes Sociais de Saúde no Tocantins. Avaliação de Indicadores do projeto Selo Unicef Município Aprovado (2016 - 2018) Avaliação de Impacto de Programas e aplicação de Recursos do FIA e FI em Municípios do Estado do Tocantins.

Docente: Flavio Augustus da Mota Pacheco

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/4554265267521512

Possui graduação em Administração de Empresas (2002), Especialização em Planejamento Estratégico, Especialização em Marketing e Inteligência de Mercado, Especialização em Psicologia Positiva e Coach, Especialização em Processos Educacionais Inovadores. Mestrado em Administração (2005), Doutorado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2012) e Pós-Doutorando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para inovação na Universidade Federal do Tocantins. Atualmente é Docente na Universidade Federal do Tocantins nas disciplinas de Marketing e Estratégia. Na UFT também coordena cursos de pós-graduação lato sensu: MBA em liderança e formação de gestores e MBA em marketing estratégico, além de Professor Titular no Mestrado em Administração Publica. Possui Livros, Organização de Livros, Capítulos de Livros e artigos em periódicos nas áreas de Marketing, Estratégia, Empreendedorismo e Gestão de Pessoas. Tem experiência profissional em Marketing, Gestão de Pessoas, e Estratégia competitiva de negócios. E-mail: flavio.pacheco@uft.edu.br

11. Metodologia

As aulas presenciais ocorrerão de forma expositivas acompanhadas de debates, apresentação de casos e seminários em grupo. Os alunos serão avaliados ao final de cada matéria, a critério de cada professor, através de um ou mais dos seguintes procedimentos: provas, seminários, resenhas comentadas, trabalhos em grupo, participação, assiduidade. Ao final do programa os alunos terão que apresentar uma monografia com tema pertinente ao curso em formato de artigo científico individualmente.

As aulas presenciais ocorrerão uma vez por mês, aos finais de semana (sexta, sábado e domingo) dependendo da carga horaria de cada modulo. Os dias serão e horários segue: Sextas-feiras das 19h as 22h, Sábado, das 8h às 18, com intervalo das 12h às 14. Domingo das 8h às 12h.

Os encontros não presenciais, serão desenvolvidos por troca de produtos/trabalhos pelo uso da Plataforma google classroom. O Google Classroom será utilizado para postagens de vídeos, materiais didáticos como apostilas, bem como o uso de Fóruns para debates.

12. Tecnologia

As atividades extra-sala, ou seja, na etapa com uso do Ensino Hibrido, poderão ser utilizadas atividades sincrona e assincrona, e serão promovidas por meio do Google Classroom.

O Google Classroom é uma plataforma completa aprendizagem hibrida. Conhecido aqui no Brasil como Google Sala de Aula, ele pode ser acessado de qualquer computador, smartphone ou tablet que possua conexão com internet.

Com essa ferramenta, professores podem criar ambientes personalizados de ensino, com direito a chat para troca de mensagens, upload de materiais de apoio e aplicação de testes e tarefas, tudo isso concentrado em uma única interface de fácil acesso

Ao abrir o Google Classroom, você pode fazer login de diversas formas, incluindo o e-mail do Gmail. Caso esteja abrindo a turma para uma instituição de ensino, o mais recomendado é fazer a inscrição no Google Workspace for Education antes (Esse é o caso da UFT – no curso em voga). Essa opção garante mais mecanismos de privacidade aos participantes e integra a turma a outras salas virtuais já existentes na escola.

13. Infra-Estrutura

O curso utilizará a estrutura da UFT, Bloco 2 Sala 16, onde desenvolverá as atividades de suporte administrativo e pedagógico para o atendimento a alunos e professores.

Para sala de aula, o curso utilizará as salas de aula da UFT, Campus Palmas. Será necessário utilizar acervos da biblioteca da UFT

14. Critério de seleção

A chamada da seleção correrá por meio do Edital da UFT. O processo seletivo será feito com base na análise curricular do candidato, e se necessário entrevista e prova escrita.

15. Sistema de Avaliação

15.1. Dos Estudantes

Os estudantes serão avaliados por trabalhos, participação, prova, portfolio segundo critérios de cada professor. A avaliação abaixo de 7,0 ou insuficiente, reprovará o estudante. A avaliação acima de 7,0 ou suficiente aprovará o aluno.

A avaliação dos professores e da coordenação será modular. O acompanhamento pedagógico se dará em *inloco*, pelo coordenador. O acompanhamento financeiro será feito pela Fapto, entretanto com o acompanhamento do coordenador.

Em cada modulo será aplicado pesquisa de satisfação com os alunos com o objetivo de identificação a satisfação dos mesmos em relação a: professores, coordenação do curso, atendimento administrativo e instalações físicas. A ficha de avaliação segue **anexo.**

15.2 Do Aproveitamento

Caso o estudante queira apresentar aproveitamento de materiais já cursada em outros cursos deverá respeitar e ficar atento ao seguinte termo:

- Limite máximo de 15% de aproveitamento dos módulos do curso;
- A titulação do professor, a carga horaria, e o conteúdo da disciplina de origem deve seguir os mesmos parâmetros da UFT
-A solicitação deve ser feita dentro do período de oferta do curso
- A solicitação deve ser encaminhada para o email institucional do curso

16. Controle de Frequência

A coordenação do Curso disponibilizará aos professores, previamente, uma lista contendo uma relação dos alunos matriculados. Cada professor será o responsável para controlar a relação dos alunos presentes em cada uma das aulas da sua disciplina. Esta lista de presença deverá ser entregue à coordenação do curso em até 3 dias após o enceramento das aulas.

Das horas aulas de cada modulo, considerando as aulas presenciais, o aluno poderá se ausentar em até 25% da carga horaria do modulo. O aluno obrigatoriamente terá que participar de todos os módulos com carga horaria presenciais.

17. Creditação da extensão

Atendendo a creditação da extensão nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, conforme as Resoluções MEC/CNE nº 7/2018 e da Resolução Consepe/UFT nº 14/2020; e considerando ainda que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, tem-se a seguinte proposta:

Propõe-se que, neste Projeto, que os estudantes terão um modulo com 36h, equivalente a 10% da carga horaria modular de 360 horas, intitulada: "Atividade de Extensão Prática". Neste modulo, os estudantes devem aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso, e transformá-lo em um Projeto de Extensão que benecificará a sociedade, tendo como objeto uma organização pública e/ou a sociedade de maneira geral.

Os estudantes, em grupo, e sobre orientação de um docente qualificado e pertencente ao quadro de professores do programa, visitarão uma organização sobre o formato de Diagnostico e Consultoria organizacional, e ali farão um diagnostico situacional, gerando ao final, um Plano de ação para atender as necessidades daquela repartição ou organização.

Com essa ação, o estudante promove a Responsabilidade social, beneficiando uma organizaçãoou repartição; e o estudante aprende na prática, sobre a orientação do professor, como fazer o Diagnostico e Implantar o plano de ação.

Esta atividade se torna obrigatória para o estudante, uma vez que é um componente curricular, como os demais.

18. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Considerando que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Este projeto também possui sua responsabilidade para o atingimento da ODS.

Assim ressalta-se que neste projeto.

- ✓ Possui ação extensionista que beneficia a sociedade, por meio de organizações publicas ou repartições, com conhecimentos profissionais atuais;
- ✓ Qualificação profissional aos estudantes, para que que estes ingressem no mercado de trabalho, e gerem riqueza para beneificio de sua família e sociedade local;
- ✓ Valor da mensalidade acessível
- ✓ Desconto pontualidade de 50% para servidores da UFT e funcionários da FAPTO;
- ✓ Desconto pontualidade de 25% para ex-alunos da UFT
- ✓ Desconto pontualidade de 12% para sociedade geral
- ✓ Respeito à igualdade de Gênero

- ✓ Promoção de sala com ar condicional e carteirias que promovem conforto aos estudantes;
- ✓ Profissionais experientes e com titulação para promover ensino de qualidade;
- ✓ Bebedouro no Bloco no qual atenderá plenamente os estudantes;
- ✓ Incentivo ao uso de garras pessoais termincas para diminuir a geração de resíduos por meio de copos de plásticos;

19. Inovação e do empreendedorismo na proposta pedagógica

Como aspecto inovativo, no TCC e na Atividade de Extensão Prática, será promovido temáticas sobre Inovação nos processos, nos produtos, a fim de incorporar conceitos de inovação incremental, inovação radical, inovação fundamental nas etapas de execução deste documentos.

Ressalta-se que durante o curso, será ofertado curso de curta duração, como forma extra curricular para os estudantes com as temáticas conceituais de inovação.

O prof Flavio Augustus da Mota Pacheco, será o docente a ministrar os cursos, uma vez que possui formação e experiencia em inovação. São os cursos de extensão extra curricular a ser ofertados:

- ✓ A Inovação como forma de evoluir na Gestão Pública
- ✓ A vida profissional e a inovação: Aspectos indissociáveis para o empreendedorismo na gestão pública.

20. Trabalho de Conclusão do Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso – TCC será elaborado no formato de um artigo científico, realizado individualmente, tendo como temas principais, aqueles relacionados as disciplinas propostas, em empresas, indústrias, terceiro setor ou órgão público. Os trabalhos serão orientados por professores designados pela coordenação do curso e não haverá apresentação pública. Os TCC deverão preferencialmente ter pesquisa de campo, emc aso de justificativa plausível, pode ser desenvolvido por meio de pesquisa documental ou bibliográfica. Os casos especiais serão avaliados pela coordenação, podendo ser prorrogado ou não, o prazo de entrega. O modulo de TCC tem carga horaria de 60h. Caso o estudante não cumpra o cronograma, este será considerado reprovada, e terá que se matricular novamente na disciplina,

tendo este o ônus financeiro e de tempo. O prazo para a conclusão de TCC não poderá extrapolar o período de 24 meses, estipulado pela resolução da UFT.

21. Sistema de Quotas

Será dada preferência aos membros do sistema cooperativista e seus familiares e que apresentem carta da organização indicando o interesse da mesma em que o candidato participe.

Com relação ao Sistema de Cotas para Etnia Indígena ou Quilombola, o candidato estará isento do pagamento da taxa de inscrição, porém, se convocado, a matrícula do candidato fica condicionada à apresentação dos documentos em conformidade, a saber:

Em conformidade com o § 2º do Art. 10 da Portaria nº. 18, de 11 de novembro de 2012, do Ministério da Educação, a UFT manterá a cota de 5% para os indígenas de acordo com a Resolução do Consepe 3A/2004, alterada pela Resolução do Consepe 10/2011 e 5% para quilombola conforme Resolução do Consuni nº14/2013.

Das vagas oferecidas, 5% (cinco por cento) serão destinadas à inclusão racial, disponibilizadas à Etnia Indígena e 5% para quilombolas.

Para comprovar que pertence à comunidade quilombola ou à etnia indígena, além dos documentos exigidos no item 13 (e seus subitens) do edital, o candidato deverá apresentar, somente no ato da matrícula, os seguintes documentos: I - PARA INDÍGENA: cópia autenticada do registro administrativo de nascimento e óbito de índios (RANI), ou declaração da comunidade indígena sobre a condição étnica do candidato, assinada por três representantes da comunidade (cacique, professores, entre outros membros da comunidade – todos indígenas), com nº de identidade, endereço e telefone de contato.

Para Quilombola: declaração da comunidade quilombola sobre a condição étnica do candidato, assinada pelo presidente da comunidade e por outros dois representantes da comunidade (professores, entre outros membros da associação - todos quilombolas), com nº de identidade, endereço e telefone de contato.

Os candidatos inseridos nos critérios acima, não possuem bolsa estudantil.

22. Certificação

A certificação será feita pela UFT, por meio da Propesq. Terá direito a certificação da pós-graduação ADMINISTRAÇÃO PUBLICA E GESTÃO GOVERNAMENTAL o candidato que for aprovado em edital, cursar e for aprovado em todos os módulos, bem como no TCC, no período de 24 meses, os quais o curso é ofertado.

23. Indicadores de Desempenho:

a) Do ponto de vista do aproveitamento individual de cada aluno, conforme o índice de frequências as aulas e a média das avaliações de cada disciplina;

b) Produção acadêmica do curso como um todo, conforme sejam estabelecidos projetos e parcerias entre alunos e entre alunos e professores, sendo estimulando a publicação dos artigos (requisito de conclusão do curso), em periódicos e/ou revistas científicas. Ter publicação de no mínimo 5 artigos por turma de egressos em eventos, livros, revistas ou sites técnicos.

c) Formar em 24 meses no mínimo 70% dos ingressantes

d) Alcançar nível de satisfação de no mínimo "bom" dos acadêmicos, considerando a ficha de avaliação disposta em anexo 2.

24. Plano Financeiro

Mensalidade: Valor de R$ 335,00 em 20 vezes.

**Caso pagas até o 10º dia corridos de cada mês, o estudante terá 12% de desconto.

A primeira mensalidade, não tem desconto, deverá ser paga integralmente, caracterizando a matrícula do curso.

Descontos superiores podem ser concedidos, conforme edital, vinculados a convênios, ou benefícios de grupos de estudantes, egressos da UFT, funcionários da FAPTO entre outros.

Descontos para funcionários da FAPTO e Servidores da UFT: 50% de Desconto, respeitando total máximo de 5 vagas.

Desconto para convênios, grupos de alunos de no mínimo 5, membros de conselhos profissionais e ex-alunos da UFT: 25%.

Descontos não serão cumulativos, prevalecendo o maior beneficio.

Taxa de Inscrição

R$ 75,00

Orientação de Trabalho de Conclusão de curso

R$ 100,00 por trabalho orientado

Valor Hora/aula para Docente

R$ 80,00 para Especialista

R$ 110,00 para Mestre

R$ 120,00 para Doutor

24.1 Estimativa de arrecadação (receita)

RECEITA	**VALOR**	**QTDADE**	**MESES**	**TOTAL**
Inscrições	R$ 75,00	85	1	R$ 6.375,00
Matriculas	R$ 335,00	40	1	R$ 13.400,00
Mensalidades com desconto 12%	R$ 294,80	20	17	R$ 100.232,00
Mensalidades com desconto 50%	R$ 167,50	3	17	R$ 8.542,00
Mensalidades com desconto 25%	R$ 251,25	17	17	R$ 72.611,25
SUB-TOTAL				R$ 201.160,25
Inadimplência	R$ 294,80	4 (10%)	17	R$ 20.046,40
TOTAL DA RECEITA				R$ 181.113,85

ANEXO

FICHA DE AVALIAÇÃO

Avaliação do Módulo

Prezado Participante, No intuito de monitorar, e buscar o aperfeiçoamento contínuo do curso MBA em _____ contamos com a sua colaboração para responder as perguntas pertinentes ao módulo de_____.

1- Avaliação do Professor	PÉSSIMO ☹ ☹ ☹	REGULAR ☹ ☹	BOM 😐	MUITO BOM ☺☺	EXCELENTE ☺☺☺
Domínio do conteúdo					
Comunicação e expressão					
Integração entre teoria e prática					
Qualidade do material didático					
Cordialidade na relação com os participantes					
Esclarecimento de duvidas					
Cumprimento do horário					
2 – Organização do Curso	PÉSSIMO ☹ ☹ ☹	REGULAR ☹ ☹	BOM 😐	MUITO BOM ☺☺	EXCELENTE ☺☺☺
Carga horária / duração					
Estrutura da Sala de aula					
Equipamentos					
Recursos didáticos utilizados					
Atendimento, cordialidade e atenção do coordenador					

Atendimento, cordialidade e atenção do atendimento administrativo					
3 – Auto - Avaliação	PÉSSIMO ☹ ☹ ☹	REGULAR ☹ ☹	BOM 😐	MUITO BOM ☺☺	EXCELENTE ☺☺☺
Atendimento dos objetivos / expectativas					
Assimilação do conteúdo visto					
Capacidade da aplicação do conhecimento					
Estrutura temática pertinente à formação					

O módulo de _____ atendeu às expectativas? ( ) Sim ( ) Não.

Discorra sugestões ou apontamentos.

_____

_____

_____

_____

_____

Aponte 3 aspectos positivos e negativos do módulo ministrado. (Considere também aspectos como: Professores, coordenação do curso, atendimento administrativo e instalações físicas)

_____

_____

_____